

Alckmin e os Leninistas



Por MARCOS AURÉLIO DA SILVA*

O uso equivocado de Lênin para defender uma aliança que não está ao lado dos setores radicalmente democráticos da vida nacional

A questão que agora domina as discussões no campo da esquerda brasileira, a saber, a questão Alckmin-vice-de-Lula, é vez por outra tratada à luz dos fundamentos do Leninismo. São duas as questões Leninistas que se apresentam aqui: aquela que corresponde à modernização e assim à via de desenvolvimento – genericamente a oposição “via prussiana” vs. “via camponesa” ou “democrática” –, e aquela que diz respeito à política de alianças.

Lênin utilizou o conceito de via prussiana para falar da derrota dos camponeses pobres diante dos *landjunkers*, expressão do capitalismo agrário prussiano que se modernizava sem permitir a emancipação do campesinato. Uma via não popular do desenvolvimento capitalista em que a massa camponesa não apenas é “expropriada em enorme escala”, como vê “deteriorada a sua situação” econômica, enquanto se conserva “a massa principal da grande propriedade fundiária e os pilares da antiga superestrutura”.¹¹

O conceito foi utilizado por diferentes setores da militância de esquerda brasileira para pensar as mazelas da nossa modernização, de João Amazonas a Carlos Nelson Coutinho. Uma chave de leitura que sempre convidou à crítica política, embora o conceito permitisse também que se identificasse um processo – “pelo alto” e assim sujeito à crítica radical – de mudança.

É verdade que há agora quem, em nome da esquerda, fale com entusiasmo deste tipo de modernização, insistindo até mesmo no seu caráter “obrigatório”. Uma espécie de visão burguesa, positivista e a-histórica, que se tornou hegemônica no contexto da crise orgânica pela qual passa o capitalismo. Uma crise não só de representação, a desconectar estruturas econômicas e visões político-ideológicas do mundo, bem expressa no enfraquecimento das estruturas partidárias, mas também uma crise moral, sob a forma da crise das ideologias.

Diríamos que sua expressão cultural aparece na crise do pensamento moderno e na simultânea emergência do chamado “sentimento pós-moderno”. Como resultado, vivemos uma completa desarticulação das relações entre conceito e realidade histórico-social (ou socio-espacial), ora aceitando uma identificação imediata e assim rígida entre ambos, ora propondo entre eles uma completa fruidão, apenas empírico-discursiva e não menos arbitrária – os dois casos levando a diferentes formas de “negacionismo científico”. E eis que, marxista atento à análise concreta da situação concreta, e por isso mesmo crítico da rigidez das modernizações conservadoras, vemos agora Lênin tranquilamente alçado à entusiasta da “via dos latifúndios.”

Sabendo que o agronegócio brasileiro não é mais a *plantation* do período colonial, o leitor deve estar se perguntando se esta introdução ao problema “Alckmin-vice-de-Lula” não perdeu já o seu sentido? Nem tanto. E isto por dois motivos.

O primeiro e mais básico: é do conhecimento geral que as bases do PSDB, partido que há 30 anos é a casa de Alckmin, estão na classe média conservadora, e notadamente no segmento que se concentra geograficamente nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ligada política e ideologicamente ao agronegócio.

Certamente este é um setor que em grande parte migrou para o bolsonarismo. A escolha de Ana Amélia Lemos para vice na campanha presidencial de Alckmin em 2018 é um bom retrato disso, com a ultraconservadora senadora gaúcha

a terra é redonda

prometendo segurar os votos do antipetismo, da anticorrupção, do setor rural e dos movimentos conservadores em geral. Uma espécie de transculturação no interior do bloco que organizou o golpe de 2016.

O segundo motivo é que o agronegócio brasileiro, expressão de uma burguesia que assistiu tranquilamente o PIB industrial do país reduzir-se a quase nada, embora seja muito moderno tecnicamente, opera com métodos da acumulação primitiva. Atentar para as análises que propõem um *aggiornamento* deste velho conceito de Marx com o objetivo de auxiliar na elucidação da era neoliberal, ajudaria e muito.

É verdade que este problema tem às vezes levado a conclusões simplórias, como se criticar a reinvenção capitalista dos métodos da acumulação primitiva significasse dar de ombros para toda e qualquer modernização técnica. E eis quando cabe novamente voltar a Lênin. Foi ele quem soube propor a absorção da “grande técnica capitalista moderna e da organização planificada, subordinada ao imperialismo junker-burguês”, o que todavia exigiria pôr “de lado as palavras sublinhadas”, de modo a se poder falar de “um Estado de outro tipo social”.^[2] Noutras palavras, evitar a cópia mecânica, positivista e burguesa do Estado *junker*, pois o marxismo não corresponde às simplificações de Oswald Spengler.

Discutir estas questões nos dias de hoje não quer obviamente dizer que se está ignorando o excepcionalismo da experiência soviética e, ainda uma vez, a crítica que o próprio Lênin endereçou aos “intelectuais super-homens que se deixam arrastar” pela ideia da marcha triunfal contra o “imperialismo internacional”^[3]. Ora, mas é precisamente aqui que se põe o problema das alianças contra o fascismo sobre a qual se debruçou o último Lênin, hoje tantas vezes referidas no debate brasileiro.

A ideia de que em Lênin as “alianças amplas” significam uma abertura indistinta e pouco criteriosa a diferentes setores da classe dominante, supostamente dispostos a combater o fascismo, é rigorosamente falsa. O imperialismo internacional que no início dos anos 1920 Lênin sabia ser bastante forte, era ele mesmo a expressão da grande burguesia que havia conduzido a Europa à I Guerra, e da qual, portanto, era prudente que a social-democracia mantivesse a devida distância.

Daí que a política de “frente ampla” ou “frente unida”, que Lênin orientou Karl Radek a pôr em prática na Alemanha territorialmente ocupada pelo Tratado de Versalhes, fosse uma política de alianças com os setores médios, e não com o grande capital, responsável pelo terrível espólio imposto aos alemães.^[4]

Guardadas as devidas diferenças de tempo e espaço, não estaríamos diante de uma situação muito semelhante no Brasil que agora discute, no interior da esquerda, alianças com vistas às eleições de 2022?

Não há dúvida, a grande burguesia agrária, ou mesmo a grande burguesia em geral, fortemente amarrada à lógica financeirizada que agora domina o capitalismo, está engajada até o pescoço na reedição das formas primitivas de acumulação (grilagem, destruição ambiental, terceirização selvagem, privatização dos bens do Estado), ela mesma base inconteste de Alckmin na política nacional até bem pouco tempo.

A mesma burguesia que foi não só uma aliada de primeira ora do golpe de 2016, como se comportou de maneira engajada ou pelo menos como serena “expectadora” diante da ascensão do neofascismo bolsonarista.

Já vai longe o tempo em que esta mesma burguesia – bem menos financeirizada do que hoje – soube organizar o chamado grupo dos oito, para assim erguer, em plena ditadura militar, um manifesto empresarial em favor da democracia e dos investimentos públicos.

De fato, o dilema que está hoje diante de nós é, *mutatis mutandis*, muito mais próximo daquele que esteve diante de Lênin nos anos 1920, pouco lembrando seja a situação do pós-II Guerra – que fez Togliatti pensar em uma via pacífica ao socialismo –, seja aquela dos estertores da ditadura brasileira de 1964.

Assim, abrir-se às camadas que não integram a classe trabalhadora *stricto sensu*, como nos anos 1920 soube avaliar Lênin, é uma necessidade imperiosa, mas isso de maneira alguma equivale abrir-se ao grande capital que encheu as burras do e com o (neo)fascismo. O setor objeto de uma política de hegemonia é o setor das classes médias – em especial suas faixas mais populares, pouco identificadas com Alckmin, mas de qualquer modo objeto das investidas ideológicas do (neo)fascismo.

Tentar nos convencer do contrário em nome de Lênin não passa de uma desastrada operação intelectual. E, ainda pior, inclinada a contemporizar com ideias muito conservadoras. Ou, como o disse Lênin na crítica às ilusões de Plekhánov com

a via prussiana – aliás recuperando palavras de Heine citadas por Marx –, uma operação capaz de semear “dragões”, mas certamente destinada a colher “pulgas”.

Nem tudo talvez esteja perdido. As coisas se decidirão entre fevereiro e março e não sem consultas às bases do PT, como disse o próprio Lula. Quiçá até lá os “Leninistas esquecidos de Lênin” possam “reconhecer o erro”, “sacodir a poeira” e “dar a volta por cima”, para assim finalmente se reposicionarem ao lado dos setores radicalmente democráticos da vida nacional.

***Marcos Aurélio da Silva** é professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Notas

[1] Lênin, V. I. Prefácio da segunda edição de *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução José Paulo Netto; revisão Paulo Bezerra. São Paulo: Abril Cultural, 1982, pp. 9 e segs.

[2] Lênin, V. I. Acerca do infantilismo de esquerda e do espírito pequeno-burguês. *Obras Escolhidas*, vol. 2. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!, p. 602.

[3] Lênin, V. I. Sétimo Congresso Extraordinário do PCR (b). *Obras Escolhidas*, vol. 2. Moscou: Edições Progresso; Lisboa: Edições Avante!, p. 501.

[4] Azzarà, G. S. *Comunisti, fascisti e questione nazionale. Germania 1923: fronte rossobruno o guerra d'egemonia?* Milão: Mimesis, 2018, pp. 28 e segs.